

Entre o gênero e a diáspora afroaméricana: a trajetória acadêmica da professora Martha Campos Abreu¹

Between gender and the Afro-American diaspora: the academic trajectory of the teacher Martha Campos Abreu

Entre género y diáspora afroamericana: la trayectoria académica de la profesora Marta Campos Abreu

Beatrice Rossotti²

Janaína Ferreira dos Santos da Silva³

Olívia Tereza Pinheiro de Siqueira⁴

Martha Abreu é professora titular do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense, atuando no PPGH e no Mestrado Profissional em Ensino de História. Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense e doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas. Foi professora visitante na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e na Georgetown University, além de pesquisadora visitante na Faculdade de Formação de Professores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ. Atua nas áreas de História do Brasil e História da Diáspora Africana nas Américas, desenvolvendo trabalhos nas seguintes temáticas: cultura popular, música negra, patrimônio cultural, pós-abolição, memória da escravidão e relações raciais, entre os séculos XIX e XX. Também realiza projetos ligados à história pública da escravidão, coordenando com as professoras Hebe Mattos e Keila Grinberg, o projeto Passados Presentes: memória da escravidão no Brasil. É consultora do Pontão de Cultura do Jongô/Caxambu e do Museu Casa do Pontal (Arte Popular Brasileira) e

¹ Entrevista concedida em 27 de fevereiro de 2024 através da plataforma *Google Meet*. A transcrição foi realizada gentilmente pelo Laboratório de História Oral e Imagem – LABOI da Universidade Federal Fluminense – UFF. A revisão do texto foi realizada pelas autoras.

² Doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF e mestra pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO. Trabalha com temáticas relacionadas à gênero, moda, escravidão e fotografia. Email: rossottibeatrice@gmail.com Instagram: @modacontahistoria.

³ Doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF e mestra pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Trabalha com História Política, Políticas Indigenistas e Relações de Gênero, e tem dois livros publicados "Diacuí, a Cinderela Nacional (1943-1960)" e "Diacuízinha: a Mestiça Esquecida (1952-1960)". Email: nainaferreira@hotmail.com. Instagram: @janainasilvahist.

⁴ Mestra em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Trabalha com temáticas relacionadas à gênero, prostituição, sexualidade e não-monogamia. Email: olviaterezapinheiro@gmail.com. Instagram: @olivia_sempopeye.

coordenou, ao lado de Monica Lima, o projeto curatorial do Museu de Território na Pequena África/RJ para o Instituto de História e Cultura Afro-Brasileira – IHCAB.

Beatrice Rossotti, Janaína Silva e Olívia Siqueira: Professora Martha, muito obrigada por nos conceder esta entrevista. Para que pudéssemos englobar os múltiplos aspectos da sua trajetória, a gente fez uma divisão entre um aspecto mais pessoal, uma questão mais acadêmica e uma questão mais ligada à educação universitária. Nós sabemos que é um fio condutor que vem desde o início da sua formação, ao mesmo tempo que a gente entende que é um desafio estudar sobre a história das mulheres na academia. Quais são os maiores desafios de estudar História de Mulheres nas manifestações culturais brasileiras? E a questão do feminino, como ela entra na sua pesquisa e como isto se refletiu na sua trajetória acadêmica enquanto estudante e educadora?

Marta Abreu: Ótima pergunta! A História das Mulheres é antes da História de Gênero. Ela começa a existir como um problema que é de se pensar que metade da humanidade tem uma história diferente da outra, e que a gente sempre contou uma história a partir do masculino ou daquele coletivo universal masculino. Então, foi a partir dos anos de 1970 que as pesquisas começam a surgir no Brasil e na Europa, com os trabalhos da Michelle Perrot e os trabalhos da Natalie Davis, que são clássicos. Mas aqui no Brasil, na mesma época, a gente já tinha algumas antropólogas e sociólogas que estavam começando, assim como nos Estados Unidos. Eu me lembro sempre da June Hahner, que fez um trabalho muito importante sobre a história do feminismo no Brasil e a própria Rachel Sohiet no mestrado dela, nos anos de 1980. Então a gente tem nos anos 1970 e 1980, no Brasil os primeiros trabalhos, tímidos ainda, mas, que começam a apontar para uma história não feita, que a gente não conhecia, a história da metade da população brasileira e mundial, mostrando que não era a mesma história, tinham outros problemas. Por isso, nós teríamos que ter outras fontes e outras metodologias, porque você não iria encontrar as mulheres da mesma forma que encontrava os homens. E é interessante, porque acho que os primeiros trabalhos se referem às mulheres operárias, a problemática emerge dos estudos sobre a classe trabalhadora. A classe trabalhadora tem sexo e gênero. Inclusive, gostaria de fazer um parêntese para informar que meu livro, fruto da minha dissertação de mestrado,

será republicado. Eu fiz um enorme levantamento de como situar *Meninas Perdidas*⁵, que foi um mestrado feito em 1987 e o livro publicado em 1989. Como estou revisitando o texto, você pega a bibliografia e lembra o que leu, o que se lia na História das Mulheres, e o que tínhamos da historiografia. Nós tínhamos a Clementina Cunha, que tinha escrito um livro sobre as mulheres do Juqueri, tinha a Elizabeth Lobo. Nós tínhamos a Marisa Correia, que era antropóloga e tinha a June Hahner que falei e estudou o movimento feminista no Brasil, ela era americana. Acho que o livro dela foi traduzido muito cedo e eu li nos anos de 1980. O que eu lia, o que é que a gente lia sobre a História das Mulheres nos anos de 1980? Eu tive que refazer esse percurso, e, principalmente para mim, a grande referência foi Maria Odila, com o livro *Cotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*, que coloca as mulheres escravizadas nos escritos. Porque, no campo da escravidão, ninguém pensava nas mulheres e no que elas faziam. A não ser Gilberto Freyre, mas, aí você tinha a mulher inteiramente subalternizada e violentada. Então, você vê que já tinha alguns trabalhos que pensava a presença feminina. E, voltando ao ponto central da pergunta, quando eu realmente comecei, o que havia para ler não era muita coisa. E os trabalhos de História das Mulheres era um desafio muito bacana para a gente. Também havia a Magali Engel, que estava começando e a Celeste Zenha. Só que de fato, eu não cheguei nas mulheres pelas mulheres, eu cheguei pela cultura popular. E voltando para a pergunta que a Beatrice colocou: e a História das Mulheres na História Cultural? Eu disse que na História do Trabalho é onde estava mais avançado, mas, como eu estava estudando cultura popular e fui estudar no campo dos costumes, da moral, da sexualidade. Encontrei as mulheres, principalmente a fonte dos processos criminais. Comecei a cada vez mais me interessar pela perspectiva de que as mulheres eram fundamentais na construção da maternidade, da família, da disciplinarização dos trabalhadores, da construção de uma cidade civilizada e burguesa. Então o papel feminino na história, mas, não das mulheres enquanto agentes, e sim, num primeiro momento, como era o discurso jurídico e o discurso médico, e, de como eles formatavam e divulgavam um determinado comportamento feminino, que teria que ser uma mulher moderna, uma mulher que não trabalhava inclusive, porque a que trabalhasse era muito complicado por causa dos valores burgueses. Aquela mulher ideal, mãe, cuidadora dos filhos, boa esposa, boa mulher e não uma boa trabalhadora. O que havia então era essa discussão dos discursos médicos e jurídicos. Eu tive a grande sorte, de fazer parte de um grupo de

⁵ Referência a sua dissertação, intitulada *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1989.

historiadores que estava exatamente começando a ver a história de baixo para cima, aqui no Brasil, a partir das mulheres como a Clementina, os escravizados, os trabalhadores. Eu estava trabalhando com processos criminais, onde o discurso jurídico queria exatamente disciplinar as mulheres e as famílias desordeiras em termos morais e sexuais. Só que o centro da política era a mulher. Eu podia ter feito um mestrado e ponto final. Mas, não fiz. Eu fui atrás das mulheres. O que as mulheres estão dizendo nos processos criminais? Os processos criminais eram uma fonte muito nova para a historiografia, um tipo de fonte que era fantástico na época, porque era a que se podia chegar mais perto dos debaixo, dos setores populares, dos escravizados, você teria a voz dos que eram criminalizados. Por que quem estava nos processos criminais? Eram mulheres pobres. Quem eram os mais acusados de roubo? Homens e mulheres pobres, ou os escravizados que fugiam ou eram presos, enfim a população negra. Os processos criminais eram uma super fonte para isso. Só que tinham muitos problemas, os processos criminais estavam muito em debate também. O que é que os processos criminais poderiam dizer? Afinal de contas, as pessoas que vão na justiça, estão indo lá não para falar a verdade, elas estão indo lá para produzir um acusado ou um inocente, e, muitas vezes, é o escrivão que está no meio do caminho. Mas, de qualquer forma, era o lugar mais próximo que a gente tinha de encontrar as mulheres ou os setores populares. E aí, foi um movimento historiográfico muito importante, de trabalhar com os processos criminais e eu tive a sorte de conseguir essas fontes de crimes de defloração. E um dos desafios era de como você vai convencer as pessoas que é possível estudar os setores populares pelos processos crime? Muitos diziam que não. Então, o primeiro desafio: não é possível estudar mulher pobre, não tem fonte. Não é possível estudarmos processos criminais, porque ninguém diz a verdade. Então, o outro problema era os processos criminais. Não é possível estudar mulheres no campo cultural, seja nos valores morais ou na festa, como depois acabei estudando sobre as festas, pois isso não é História. Isso tudo estava no campo do debate. Esses problemas da história das mulheres, a história das festas, estavam dentro de um campo da história do cotidiano que foi algo muito importante. Se vocês olharem uma parte dos livros dos anos 1980, estava escrito no subtítulo a palavra cotidiano. O meu livro é cotidiano. O do Sidney Chalhoub é cotidiano⁶, o de outras pessoas também tem a palavra cotidiano. Nós queríamos estudar cotidiano no sentido de baixo para cima e esse movimento também aconteceu na Europa, sobre o cotidiano dos trabalhadores. Todo mundo queria estudar

⁶ Chalhoub, Sidney. Trabalho, lar e botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. 3ª ed. Editora da Unicamp: São Paulo, 2012.

o cotidiano, porque queríamos desafiar os modelos estruturalistas, os grandes modelos, as grandes explicações que trabalhavam com as estruturas e não com a ação dos sujeitos sociais, muito menos com as mulheres. Então, você vai no cotidiano, quem vai aparecer? Você vai para dentro de casa, quem vai aparecer? São as mulheres. Se você sai da estrutura, quem vai aparecer são os trabalhadores. Ainda bem que eu fiz parte desse movimento, mas era difícil. De início, você tinha que primeiro convencer que isso era História. Ainda bem que era um grupo grande de historiadores que a gente foi provando que isso era História. Mas, de início não foi fácil. Hoje, que nós achamos mais ou menos óbvio, esse negócio de baixo para cima, não era. O estruturalismo ainda dominava, muitos professores eram nesse campo estruturalista e, principalmente, muitos marxistas estruturalistas acreditavam que esses temas não faziam parte do marxismo. Então, você estaria fazendo uma História não marxista. Sei lá que história é essa! História migalhas, História Liberal... a história do pequeno, pois, o pequeno não era História. Isso foi muito difícil. Eu me lembro que muitas vezes, quando eu ia apresentar o meu trabalho, o *Meninas Perdidas*, uma das primeiras coisas que as pessoas perguntavam era: mas, você não é marxista? Você não é marxista, estudando mulheres! Olha que engraçado... Naquela época, eu tinha que fazer profissão de fé, dizer que eu era marxista. É claro que eu tinha toda uma formação teórica ligada ao marxismo, desde o marxismo até o marxismo da experiência do [Edward] Thompson. Quem é o marxista que vai te dar toda a base? Pensar que Thompson não trabalhava mulheres. Por quê? Porque os artigos que ele tinha de mulheres, ele chega a reconhecer [que não trabalhava com isso] no final da sua vida. Mas, acho que ele levou muita “chamada” das feministas. Lá no final da vida, ele reconheceu que estava faltando alguma coisa na obra dele. Você tinha que convencer que aquilo é uma História séria, que era marxista e que você podia fazer marxismo e História das Mulheres, ou, com o marxismo você podia fazer a História das Mulheres, História Cultural. Claro que havia uma história cultural marxista e na História Cultural não marxista. Entrei na Unicamp em 1991 para fazer o doutorado. Eu realmente me consolidei dentro de um campo de uma História Cultural Marxista, onde a História das Mulheres se incluía. O gênero só começa a discussão, ajustada em si, a partir dos anos de 1990, já dentro de um determinado racha, que seria entre o marxismo e as linhas mais foucaultianas e cartesianas... Esse foi um racha nos estudos de gênero, que eu nem sei como é que esse racha anda hoje. Acredito que ninguém fica mais falando desse assunto, mas ele foi muito profundo nos anos de 1990. Esses eram os desafios da época que entrei na universidade, em 1990 e era evidente que a História das Mulheres era [considerada] bobagem. Ninguém respeitava...

Beatrice Rossotti: Em 1991 você entra na UFF como professora?

Martha Abreu: Sim! Quando entrei como professora na UFF, lá tinha o Ronaldo Vainfas, que trabalhava com Inquisição, que tinha alguma coisa sobre mulheres, mas História das Mulheres, só tinha a Rachel Sohiet e a Magali Engel, ainda assim, não era uma área valorizada. Não era mesmo! Aliás, desvalorizada [tida] como não História. Nós sofriamos preconceito, em relação a validade de uma História das Mulheres e mesmo depois, com a História de Gênero. Eu acho isso até hoje, que a História de Gênero não é tão bem aceita na historiografia. Claro que ela existe, se tem publicações, debates, GTs [Grupos de Trabalho] ... Mas eu sinto que na [área] da Educação prosperou muito mais, ainda que na história você tenha algumas universidades que têm importantes representantes. Nas grandes universidades, acho que você não tem linhas poderosas de História de Gênero ou historiadores poderosos de História de Gênero. Porque ainda é uma coisa de segundo valor, mesmo tendo mudado muito e não tenho dúvidas. Acredito, que a gente talvez agora esteja vivendo um outro momento, mas, é uma coisa muito diferente dos Estados Unidos, que é uma potência nos estudos do gênero. Porque o ideal também, é que a gente não tivesse uma separação. Eu não vejo uma História de Gênero separada. Da mesma forma que a História das relações raciais ou da história do negro em separado. Nós temos que colocar gênero na História do Brasil, A gente tem que colocar a história dos negros na História do Brasil. Porque é uma História do Brasil, mas, não é fácil! Então, acredito que esse ainda hoje é um grande desafio. A historiografia incorporar, as discussões de gênero e as discussões raciais, eu coloco no mesmo patamar, dentro da História do Brasil, porque é isso que tem que ser feito. Essa é a verdadeira transformação. Se não, a gente vai ficar sempre assim: a História das Mulheres como um curso opcional, não um curso obrigatório. Mas, você vai continuar estudando a História do Brasil a partir de uma linguagem inteiramente masculina. Fica um apêndice. Acredito que o desafio continua. Era, na minha época, muito maior do que hoje, mas acredito que vocês, que estão ingressando na vida acadêmica e universitária como pesquisadores e não mais como alunos, ainda tem que lutar por isso! São muitas lutas na historiografia, a gente está sempre fazendo... Eu mesma, acredito que acabei hoje, numa análise meio psicanalítica, eu acho que eu acabei migrando. Nunca abri mão da perspectiva da História das Mulheres e de Gênero, mas eu migrei para uma História Afro-americana e dentro da História Americana, incorporando a História das Mulheres. Acredito que processei algum tipo de fuga. Apesar e ser um campo superdifícil, que é o campo da História

Social, da Cultura e da cultura Afro-brasileira. Mas, eu tinha mais pares! Que era a turma que estudava escravidão e depois pós-abolição. Eu entrava com mais facilidade nos estudos de escravidão, do que na historiografia, falando de mulheres ou de festas. Gênero não tinha, nem História das Mulheres... Bom, uma questão interessante é como entrou rápido a história de Gênero. Talvez, um estudo que não tenha sido feito ainda é: como quem trabalhava com a História das Mulheres, imediatamente entendeu que era melhor trabalhar com História de Gênero. É muito interessante.

Olívia Siqueira: Acredito que ainda tem muito preconceito com temas ligados à sexualidade. Quando você fala de temas como prostituição, não-monogamia... Você enfrenta mais resistência. Dentro do próprio gênero, inclusive.

Martha Abreu: Isso! Concordo plenamente com você! Uma coisa é estudar as mulheres trabalhadoras, as mulheres escravizadas... Isso eu acho que hoje, já está mais entendido. Mas sexualidade... movimento LGBTQIA+, é como se fosse uma coisa muito periférica.

Martha Abreu: É periferia e centro, acredito que chego melhor ao meu argumento. O que é realmente importante para o movimento da História, ainda é a tal da luta de classes... Sexualidade é supérfluo. Não é (considerado) o motor da História. Na minha época tinha mais (preconceito), mas acredito que ainda tenha. Acredito que tenhamos dois preconceitos: trabalhar com o Tempo Presente e o estudo da sexualidade.

Beatrice Rossotti: E a maior problemática pode ser entendida como a questão de fonte, que é o que você relata que passou também. Então, nós estamos falando, anos depois, ainda de uma dificuldade com relação à estas temáticas e suas fontes...

Martha Abreu: Fontes, nós precisamos de fontes. E aí, quando você trabalha com a rede social que fonte você vai usar? Para o historiador isso ainda assusta. Aliás, seria excelente que nós começássemos a pensar nas redes sociais como fonte. Ora, é supercomplicado trabalhar redes sociais como fonte. Não é claro, não evidente, que a rede social é fonte, como não era evidente que os processos criminais eram fonte. Você dizia que não era fonte. Você só podia estudar os processos, a partir do que os juízes falavam. Juízes e promotores, esses sim, estavam falando [a verdade]. E nesse sentido, o Sidney Chalhoub foi muito importante. Ele fez a dissertação dele

antes de mim, nós éramos colegas, da mesma idade, mas ele sempre foi mais rapidinho [Risos]. Então, ele terminou o mestrado antes e a reflexão toda, que nós fizemos juntos ao longo do mestrado, é ele defendendo o amadurecimento do processo criminal como fonte. E os depoimentos como fonte. Mas, ao fazer um projeto envolvendo processos criminais, você talvez ainda hoje teria que dizer: ah, os depoimentos [como fonte] já houve esse debate.

Beatrice Rossotti: Sobre a sua obra, na qual você realizou uma análise dos casos jurídicos que abordam defloração, estupro e atentados ao pudor no início do século XX, gostaríamos de saber como essa produção impactou na sua formação. Acredito que você já falou um pouquinho sobre isso... A ideia de que era mais fácil ir por um caminho do que por outro... Você repensou alguns pontos nessa reedição? E, se você puder dividir, como é que surgiu essa oportunidade de você fazer essa reedição? Foi uma busca sua ou da editora?

Martha Abreu: Esse projeto de reedição é da Unicamp [Universidade Estadual de Campinas], pelo CECULT [Centro de Pesquisa em História Social da Cultura]. Eles têm várias publicações. É uma linha de pesquisa muito forte, dentro da História Social da Unicamp, e eles possuem uma linha de publicação que se chama “Sebo Eletrônico”. Eles estão republicando os trabalhos que estavam esgotados, eu achei superbacana. Aí, a Sílvia Lara e a Maria Clementina Cunha me chamaram para a reedição. Estou há um ano trabalhando nisso. Eles me convidaram para reeditar e eu fiquei muito feliz! Um tempo depois, o Paulo Terra me chamou para um seminário que tinha o nome “Classe, raça e gênero”, que teve lá na UFF. Foi organizado pelo pessoal do mundo do trabalho, que [estuda] classe operária, que já tem incorporado o gênero há muito tempo e, estão mais recentemente, incorporando raça. A classe trabalhadora tem sexo, gênero e raça. Então, eles fizeram um seminário exatamente sobre isso. Me convidaram para falar sobre a relação de classe, gênero e raça, e aí eu falei: - Poxa! Que boa oportunidade para fazer a introdução [da reedição]. Eu recoloco a pergunta, né? Ainda tem sentido trabalhar com populares? Outra pergunta é: por onde andam os populares na historiografia? Mas, por exemplo, se olharmos através de raça e gênero, as categorias populares eram uma categoria que trabalhava a classe trabalhadora no campo cultural, social... Pegava muita gente, muita diferença. Ela era uma expressão, por um lado, foi importada de Europa por causa da cultura popular lá da Idade Média de vários autores, mas também, tinha uma longa tradição no Brasil de cultura popular, como a junção das três raças desde o século XIX. Cultura popular como um local da mestiçagem, como um local onde cabem todos, mas, que a questão de classe era

fundamental. Porque de fato eu estou voltando para o início. Quando me perguntavam, você é marxista ou não? Por quê? Dentro da historiografia marxista, o mais importante é a luta de classes, que é uma coisa histórica. Então os populares cabem bem quando você vai trabalhar classe no campo popular, no campo cultural. E popular é um pouco mais elástico do que classe social e que engloba também todas as cores e gêneros. Eu pergunto, para onde anda os populares? Ainda vale a pena falar de populares? Eu acabo concluindo que vale, mas, o conceito explodiu, os populares como uma ideia única não mais existem. Porque esses populares são muito variados, são tão variados que você pode até se perguntar se vale a pena usar “popular”. Mas, ele explode. A ideia de cotidiano é interessante, mas de *Belle époque* também é uma expressão que nos remete a determinado período. E, hoje a gente sabe que você teve muitos outros movimentos sociais. Mesmo as elites, não era só um ideal de europeização. Você tem também uma série de projetos, não só nacionalistas, mas, que passam pelo nacional. Então, o subtítulo do livro, eu até brinquei assim: - Vou mudar! Não, não tem sentido mudar. Vai ficar do jeito que está. Mas, o que eu acho que importante, é que eu fiz uma análise do meu livro e assim, é muito visível como a questão racial não era prioridade. A questão de classe era prioridade, tanto para o Sidney como para mim. Falamos de mulheres negras, o Sidney tem um capítulo que ele fala de mulheres negras, mulheres trabalhadoras... As minhas *Meninas Perdidas* são mulheres, mais da metade, acho que são 60%, são mulheres negras. Eu vi que elas são negras? Vi. O dado está na pesquisa? Está. Eu cheguei a perceber. Eu tive que ler o texto com muita atenção, cheguei a dizer e a explicitar num ou outro parágrafo, que as mulheres negras tinham muito mais dificuldade de ter algum bom resultado na justiça. Só que eu não chamo de racismo. Olha só, que coisa séria! Foi bom [a reedição] porque o CECULT passou o livro todo para o texto de *Word* e pude fazer pesquisas por palavras. Aí, coloquei racismo... Gente, não tinha uma palavra! Minto, tinha uma, utilizada pelo Jurandir Freire Costa, que vocês devem conhecer. Aliás, é um livro muito importante para vocês conhecerem, *Ordem médica e norma familiar*. É um livrão! Ele fala dos corpos negros sofrem racismo.

Beatrice Rossotti: E você faz essa correção na reedição?

Martha Abreu: Fiz. Eu não mudei nada no livro, mas, na introdução eu faço essa discussão. É incrível como tudo o que eu e Sidney estamos falando é sobre racismo. Mas, porque a gente não estava com o olhar para aquelas perguntas. Isso é que é fundamental.

Martha Abreu: Esse é o desafio. Você tem que ter as perguntas, para aquele passado, para aquelas fontes, mas, as perguntas quem faz é a sua época. Daqui a 30 anos, vão olhar para as nossas fontes e vão fazer outras perguntas. Fico imaginando quais. Mas, olho para trás e vejo que a gente não fazia isso, e, vão perguntar assim, por quê? Porque os nossos olhos, a nossa ótica, é para perceber a desigualdade social, que é o que se via nos anos de 1980: abertura política, carestia de vida, arrocho salarial. E você vai levantar a bandeira do racismo nesse momento? O movimento negro levantava e, nossa, como levantava. Mas, não tinha ressonância na universidade, só tinha dentro de movimento negro. Então, eu fiz essa reflexão na reedição. Eu tento até recuperar a expressão populares, desde que, ela possa ser um bom caminho para se trabalhar a interseccionalidade, levando em consideração classe, raça, gênero... Populares, pode passar de novo isso, desde que você não busque a termo como algo preso na homogeneidade.

Beatrice Rossotti: O incômodo deve ser isso, porque popular, pode ser tudo...

Martha Abreu: Pode ser tudo, exatamente. Você tem que delimitar. Acho até que não vale mais a pena usar, mas, e a interseccionalidade de como você vai pensar classe, raça e gênero? Há uma questão de classe, há uma questão de gênero, que de alguma forma isso tudo estava no popular, mas você não explicitava. Você não mostra essa diversidade. Você diminuía a diversidade para caber tudo.

Beatrice Rossotti: Sim, é o que muita gente que fala de interseccionalidade hoje destaca. Outras intelectuais como a Lélia [González] a Angela Davis, já traziam essa perspectiva interseccional, mas não tinha esse nome.

Martha Abreu: Elas já traziam, claro que traziam! E você vê, assim como tudo. O racismo, naquele momento e como nós, intelectuais.... A academia se ainda é branca, imagine naquela época? Mas não ia [falar sobre o racismo]. Lélia [González] já tinha publicado e a Beatriz Nascimento. Vou ler Lélia [González], vou ler Beatriz? Não interessava ao historiador. Eu já tinha ouvido falar da Lélia [González], mas a Beatriz [Nascimento] não. E poxa vida, se você pega o livro do Eisenbahnen, eu estava relendo, foi um dos primeiros livros no Brasil, ele é de 1970... Olha que coisa, eu e o Sidney [Chalhoub] lemos o Eisenbahnen, e ele chega a colocar juntos, pretos e pardos na categoria não-brancos. O movimento negro já está fazendo, lá na luta política, juntar pardos e pretos e colocar negros, mas, ele não usa negros, ele usa não-brancos.

Por que que eu não fiz isso nas minhas tabelas? Se eu fizesse não-brancos nas tabelas, o número iria gritar. Por quê? Porque aquela não era a nossa pergunta. Nossa pergunta era porque os focos populares resistiram, e, que as mulheres resistiam, que já eram o foco importante naquele momento. As mulheres foram à luta, as mulheres não embarcaram nos projetos médicos e juristas, desafiavam todos os valores burgueses e valorizava a virgindade até certo ponto, quando lhes convinha. A própria ideia de virgindade é muito interessante. Isso é até uma reflexão que eu deixei em aberto na introdução. Talvez, o que ainda seja algo que incomode ou que seja um problema para mulheres, todas as mulheres, independentes classe, raça é a virgindade. Você sabe que é algo biológico e sempre foi um instrumento de dominação. Eu ainda me encontro com essas moças [o livro *Meninas Perdidas*] na discussão. Eu me encontrava com elas. O que é que eu tinha em comum com aquelas mulheres pobres e negras? Nada. O problema da virgindade, porque eu também tinha acabado de perder a virgindade. Talvez o que a gente tem que se perguntar, algumas vezes, é o que há em comum. O que há de diferente? Claro que é diferente. Mas, o corpo feminino continua sendo mais agredido e estereotipado.

Beatrice Rossotti: Nós queríamos saber também sobre o seu outro livro, *Da Senzala ao Palco: canções escravas e racismo nas Américas*, em que você apresentou uma história transnacional em suas diversas conexões afro-diaspóricas, entre territórios americanos e ainda assim relata uma tímida presença de mulheres negras nos palcos analisados. Qual é a sua hipótese sobre o motivo da baixa apresentação dessas mulheres nas fontes históricas de pesquisa? E, quando elas apareceram, como elas eram registradas? Havia um diferencial entre esses registros? Pensando mulheres e homens, haveria um diferencial intencional?

Martha Abreu: Olha, é difícil saber. Eu sempre fiquei atrás das mulheres, mas eu nunca encontrei, porque realmente não eram as fontes. É que no mundo musical, também têm uma perspectiva de gênero. Os homens assumem essa liderança. Por quê? Como eu não podia trabalhar com as mulheres eu fui trabalhar com os homens. Não está no livro. Não coloquei, acabei não trabalhando numa perspectiva de gênero. Mas, eu tenho dois artigos sobre o Eduardo das Neves e o papel que ele exercia como homem negro. Ele cantando Pai João, que é uma figura literária musical, casado com a tia Maria, ele canta Pai João e depois, tem várias músicas sobre mulatas, que também analisei numa perspectiva de gênero. E como ele se constrói, numa imagem de um homem poderoso, que encanta todas as mulheres, que seduz todas as mulheres. Ele canta um Pai João muito subversivo. Ele encarna um homem poderoso, pois aqui, o homem

negro na hierarquia da escravidão tem pouco poder. Porque ele não controla, nem a mulher dele. Então ele não tem poder algum. Se você pega os músicos... A música é um espaço para os homens. Talvez, essa é uma hipótese completamente maluca, a fim de comprovar isso. Mas, os homens assumem uma liderança quando podem, assim que podem, eles assumem a liderança nas relações, nas famílias negras, é a liderança que pode dialogar com a violência. Se você vê a *Cor Púrpura*, por exemplo, a violência do homem negro naquela produção não é pequena. E a falta de poder é algo que faz a gente pensar. E acho que no campo musical, eles assumem essa liderança e controlam a produção feminina. É uma forma de exercício de poder dos homens. E aí as mulheres têm menos espaço. Agora, se você vai levar uma roda de samba, se você vai num jongo, as mulheres têm poder e eles sabem disso, mas para o mundo público, que é o que eu estudava havia outras relações. É claro que eu também estudei o jongo, e aí, tem a tia Maria, a Marilda, Fatinha. Então, hoje as mulheres são as mais poderosas no mundo do jongo, das comunidades tradicionais. Mas, você continua tendo num mundo comercial que predominam os homens. Lá no *show business*... Claro, você tem mulheres muito poderosas. Você vai ter a Anitta. Nós não temos a Anitta no início do século XX, você tem outros músicos, você tem dançarinas. Acho que o mundo contemporâneo, é onde há uma revolução de poder feminino. Tanto racial como de classe. Logo no pós-abolição, o poder masculino vai se fazer no campo musical. Essa é uma hipótese que não tem como provar. Tanto que é o homem que canta sobre a mulata. O Eduardo das Neves tem inúmeras músicas que são para mulatas. As mulheres estão nos palcos, como dançarinas, mas não como compositoras, não como cantoras, porque o poder está no compositor e no cantor.

Beatrice Rossotti: Quando você fala sobre as imagens das capas de partitura, elas aparecem.

Martha Abreu: Aí nas capas de partitura, elas aparecem, mas o cantor é o homem. Nos Estados Unidos tem uma. Autoras e cantoras de *blues*, me parecem, que ocuparam um outro espaço, diferente daqui do Brasil. E não conheço nenhuma sambista. A Clementina [de Jesus] foi alçada ao sucesso nos anos de 1960. As cantoras de *blues* faziam sucesso. Elas vão cantar. Bom, o transnacional, que para mim, acaba se tornando muito importante porque, primeiro, eu dava aula de Estados Unidos, na UFF. Entrei num concurso de História da América e, apesar de sempre estudar o Rio de Janeiro, eu dava aula de História da América e, principalmente no século XIX, a escravidão, a abolição. Pegava muito Caribe e os Estados Unidos. Como a gente só entendia a escravidão, numa perspectiva atlântica. Meu orientador me ensinou, que a

escavidão é sempre numa perspectiva atlântica. Os estudos de escavidão se revolucionam exatamente numa perspectiva comparada entre os Estados Unidos, o Brasil e o Caribe. Essa história atlântica, que hoje está pulsante. Ora, se eu trabalhava escavidão comparada, eu comecei a trabalhar também pós-abolição comparado e o campo cultural, que pouca gente trabalhava, porque, eu já adorava as festas, os costumes, a história da música ... Estudei muito a história do *jazz*, do *blues*. O transnacional é fundamental para as perguntas que eu fazia aqui no Brasil e serviam para lá, e as de lá serviam para cá, porque havia algo que se compartilhava, mas também havia muitas especificidades. E esse é o barato do transnacional. É uma diáspora com movimentos, com diferenças. E aí, eu encontrei os homens. Pena que no livro eu não fiz tanto, eu publiquei no livro uma parte das notas.

Beatrice Rossotti: Chegamos à terceira parte da entrevista, em que gostaríamos de saber quais foram seus sentimentos e suas perspectivas, com relação ao que você vivenciou na sua formação, e hoje, o que você vivencia como professora? E, quais seriam as suas projeções para esse campo dos estudos de Gênero, História das Mulheres? E, com a sua reedição, o que te reacendeu nesse momento? Depois de um tempão revisitar, e de um outro espaço, como professora agora.

Martha Abreu: A perspectiva de gênero sempre esteve presente (no meu trabalho). Não dá para não estar, da mesma forma a perspectiva [de raça]. A minha esperança é que homens e mulheres assumam esta perspectiva e percebam que é um problema historiográfico, um problema para o Ensino de História. Você vai estar na sala de aula, com jovens. A Universidade é onde se preparam os professores e eu sei que nós vamos nos relacionar com meninas, meninos, e outros gêneros. E você está preparando para isso? O que você tem que fazer para se preparar? Você vai lidar com problemas de racismo em sala de aula. Você está preparado para isso? Então, quando o professor tem que se preparar para esses desafios do tempo presente e que são exatamente ligados a afirmações de gênero, afirmações raciais em prol de uma democracia que contemple todos, todas e todes, que ninguém fique de fora. E a História é um instrumento muito importante para isso, se você tiver acesso a essas questões. Porque se não tiver o olhar para essas questões, dentro de você, não verá, assim como não saberá como atuar. Você não vai conseguir trabalhar. Porque o cotidiano é o momento presente que fará você olhar para esse passado e o futuro, com uma vontade de transformar algo, para o passado, para você entender como é que era antes e por que se chegou a essas condições. Como é que a gente não via isso

antes? E como seria diferente se a gente tivesse professores realmente preparados para trabalhar com gênero, raça e classe. Eu só fui preparada para trabalhar com classe. Quando eu me formei, fui para as escolas, e assim mesmo, fui mal preparada. Fui tão mal preparada, que tenho um exemplo ótimo: quando eu me formei, fui dar aula no Jardim América, um bairro operário, fundado por Getúlio Vargas lá nos anos de 1930, 1940. Ali, no início da (rodovia) Dutra, onde tinham várias indústrias. Comecei a dar aula, era uma turma de ensino médio, primeiro ou segundo ano. O programa [escolar] era de Vargas para o presente, então dava aula de Era Vargas. Eu, classe média branca. Quem era Vargas para mim? Um ditador. E, aí eu dei a aula do ditador do Estado Novo, repressão, essas coisas. Os alunos que já estavam superlegais comigo, eram só homens numa escola técnica, eu era muito jovem... Começaram a ficar super inquietos, na aula, não prestaram atenção na aula. Eu perguntei, o que é que está havendo? Aí um se levantou e disse: - Professora, para nós, Vargas não é isso não. Meu avô, disse que Vargas nos deu registro de trabalho e o salário-mínimo. Eu me sentei no chão, e disse: - Eu não sei de nada! Quer dizer, nem para isso eu fui preparada. Então, eu fui teoricamente trabalhada. Mas, a ideia daquele momento, anos de 1980, era de que a classe trabalhadora foi manipulada, Vargas iludiu à todos. Então tinha que desiludir a todos, mostrar o “verdadeiro” Vargas. O livro da Ângela [de Castro Gomes] não tinha saído ainda, a *Invenção do Trabalhismo* é de 1987. Eu comecei a dar aula em 1981. Então, claro eu não estava preparada. Quer dizer, fui preparada para trabalhar com alienação. Os trabalhadores são alienados. Aí vi uma sala e vários alunos. Depois disso - Acordei, mas, talvez outro não tivesse acordado. Fui ler o [Edgar] Decca, *o Silêncio dos Vencidos*. Então, comecei a entender outras coisas e percebi, um professor que chega em sala, tendo pensado em classe, raça e gênero, não vai chegar diferente? A gente tem que formar o professor. A perspectiva dos estudos interseccionais é muito importante. É difícil, mas a gente tem que pensar nela. Acho que ela é um caminho de esperança e de futuro. Talvez hoje, eu desse um curso de interseccionalidade. A interseccionalidade é uma esperança, de trabalho acadêmico e de luta política. É uma estratégia de luta política. Eu não vejo esses campos separados. Eu acho que a gente está estudando, a gente está fazendo História para ter uma sociedade melhor. Eu fui educada naquela frase: a gente precisa conhecer a História, para entender o presente e transformar o futuro. Eu fui educada assim. Claro, que não é tão mecanicista assim. Eu acho que a História tem a sua especificidade. Não precisa toda hora transformar o futuro, mas, não imaginar a História sem contribuir para uma sociedade mais justa e prática para todos, todas e todes? Eu acho que esse é o importante nos estudos de gênero e de raça.

Beatrice Rossotti: E professora, para finalizarmos... A partir da perspectiva da Jurema Werneck, de que nossos passos vêm de longe, gostaríamos de concluir a nossa entrevista com duas perguntas... Quais são as referências que te fizeram chegar aqui? Eu acho que você já acabou falando um pouquinho sobre, mas vale uma retomada para fecharmos. E o que você está lendo agora? O que você está escrevendo e o que você está pesquisando?

Martha Abreu: Em termos teóricos e historiográficos, acho que o [Edward] Thompson é a grande referência. [Robert] Darnton é uma outra importantíssima referência. E, Natalie Davis... Isso é europeu, né? Mas, acho que também foi muito importante, a Maria Odila, professora da USP, muito importante. Ela realmente me inspirou e depois que eu li o livro dela pensei: Já sei o que vou fazer com esses processos. Porque às vezes a gente não sabe o que vai fazer com as fontes, aí temos inspiração em alguma leitura. É um insight que uma leitura dá. Pois a leitura não é só o resumo daquele tema, é também uma possibilidade de insight para você pensar as suas fontes, em termos historiográficos. É claro, o meu orientador, o Robert Slenes, que segue uma cabeça para ler a história contrapelo, a história debaixo e de cima... É difícil você escolher alguns, mas, também acho que na prática, na vida prática eu tive uma chefe, que foi diretora da Escola de Meninos de Rua que eu trabalhei, que é a Lígia Costa Leite. Ela tem alguns livros, que nos ensina muito. Ela foi fundamental para eu entender e trabalhar com a educação popular, que vem da luta, da teoria da libertação, associada à educação popular. Então, foi assim que eu me construí como uma educadora das camadas populares, e ela foi fundamental, para me ajudar a perder o medo de tentar fazer coisas diferentes, algo novo e não ter medo das autoridades. Apesar desse medo ter se mantido quando entrei na universidade. Morria de medo de todo mundo e só depois de anos comecei a perder o medo. Mas, tive medo. Me questionava se eu era boa mesmo. Será que eu não sou? Esse sentimento é uma coisa de gênero, complicado. Os meus amigos historiadores homens não tinham esse problema. Outra referência que é muito importante, sempre foi a Hebe Mattos. Todos os trabalhos que eu li dela foram muito importantes. E o que eu estou lendo agora? É tanta coisa ao mesmo tempo. [Risos]. Agora eu estou lendo uma tese, exatamente agora, assim como algumas leituras sobre História Pública e política de reparação, que é uma área que todos nós estudamos, buscando entender como nós, historiadores, podemos atuar na política de reparação.

Beatrice Rossotti, Janaína Silva e Olívia Siqueira: Professora Martha, muito obrigada! Agradecemos demais pelo bate papo, pela disponibilidade, pelo carinho e atenção para esta entrevista.

Martha Abreu: Eu que agradeço a oportunidade!